

## Repudiamos imposições Não aceitamos simulacros de negociações

A Comissão Coordenadora da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, hoje reunida, repudia as propostas apresentadas no documento ontem entregue pelo Governo à Frente Comum, bem como o cinismo e a hipocrisia da sua fundamentação, pretendendo fazer crer que o regresso a relações laborais idênticas às do período da revolução industrial é uma vantagem para os trabalhadores da Administração Pública e constitui um ato de modernidade.

A diabolização dos trabalhadores da Administração Pública que os diversos governos têm vindo a desenvolver, desde há mais de três décadas, tem permitido que estes sejam penalizados a dobrar: por um lado, retirando-lhes direitos, pretensamente para os igualar aos trabalhadores do setor privado; por outro lado, retirando-lhe direitos porque há um benefício imediato no défice orçamental - caso do roubo de salários e dos subsídios de férias e de Natal.

Vem agora o Governo atacar os **horários** (pretendendo impor a adaptabilidade e o banco de horas, individuais e grupais), o **descanso compensatório**, os **feriados**, as **férias**, o **trabalho extraordinário**, as **carreiras** e impor uma **mobilidade** total (com graves consequências sociais), invocando as determinações do Plano de Assitência Económica e Financeira (PAEF) e o Acordo da Concertação Social (ACS) cozinhado com o patronato e a UGT.

Recusamos e não aceitamos tanto as alegadas imposições da *troika* estrangeira, como as da *troika* Governo/patronato/UGT, que, de resto, postergam a Constuição da República. E lembramos que o Primeiro-Ministro afirmou que, mesmo que não houvesse o PAEF, as medidas do Governo seriam as mesmas – isto é, o Governo do PSD/CDS, mesmo sem os Memorandos celebrados pelo PSD/CDS/PS com a *troika* estrangeira, atacaria os trabalhadores e seria igualmente um mãos largas para o grande capital económico-financeiro.

O governo pretende ainda ignorar os comandos da Lei da negociação coletiva e participação dos trabalhadores da Administração Pública e substituí-la por informais reuniões mensais.

Perante esta situação, a Coordenadora decidiu manifestar ao governo, na reunião de dia 17, o seu repúdio pelas propostas de regressão social e a metodologia apresentadas e levar a cabo uma

### **SEMANA NACIONAL DE LUTA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE 27 DE FEVEREIRO A 5 DE MARÇO**

#### **27 de Fevereiro (2.ª feira)**

. Debate sobre os efeitos das medidas do Governo, do direito e da economia, na vida dos trabalhadores e na “sobrevivência” dos serviços públicos - com comunicações de um economista e um jurista.

#### **28 de Fevereiro (3.ª feira)**

. Vigília pelo emprego com direitos, por horários de trabalho justos e contra a destruição das carreiras, frente à residência do 1.º Ministro, das 17H00 às 22H00.

## **29 de Fevereiro (4.ª feira)**

. Distribuição, na rua, de comunicado à população, aproveitando esse momento para uma grande campanha de esclarecimento.

## **1 de Março (5.ª feira)**

. Aprovação de posições nos locais de trabalho contra o projeto do governo para extensão do acordo da UGT ao setor público, através da aprovação de moções em todos os locais de trabalho.

## **2 de Março (6.ª feira)**

. Plenário Nacional de Dirigentes, Delegados e Ativistas Sindicais da Administração Pública, com posterior deslocação em manifestação para o Ministério das Finanças.

## **5 de Março (2.ª feira)**

. Entrega das moções aprovadas nos locais de trabalho na Assembleia da República, com pedido de reunião à Comissão de Trabalho.

A reunião decidiu ainda:

. Realizar diversas iniciativas setoriais durante esta semana de luta, a dinamizar pelos respetivos Sindicatos – designadamente, a vigília convocada pela FENPROF, entre as 15h do dia 24 e as 15h do dia 25, fte ao Ministério da Educação, e o Encontro em defesa da gestão pública da água, no próximo dia 29, dinamizado pela STAL ;

. Participar nas iniciativas que vierem a ser definidas pela CGTP-IN, no âmbito da luta geral dos trabalhadores portugueses – designadamente nas manifestações distritais do próximo dia 29 - contra esta política de regressão social e desastre nacional do governo PSD/CDS.

**FCSAP**